



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE: POLÍTICAS E PROGRAMAS

Alessandra Nery Obelar Da Silva - FURG
Gionara Tauchen - FURG

RESUMO: A pesquisa tem por finalidade investigar e analisar as contribuições das ações vinculadas ao Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Especiais (PAENE), da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. O estudo caracteriza-se como qualitativo e documental, de abordagem avaliativa de enfoque interpretativo, realizado por meio de entrevista semiestruturada com 8 alunos com deficiência de diferentes cursos da universidade. As ações do Programa incluem desde o atendimento individual, plantões sociais, reuniões com os bolsistas de acompanhamento e com os alunos com deficiência. Os dados apontam que no ano de 2011, a universidade teve a matrícula, nos cursos de graduação, de 10 alunos com deficiência. Desses, apenas 5 permaneceram nos cursos de Arquivologia, Direito, Enfermagem, Gestão Ambiental e Economia. Dos demais, 3 se desligaram por abandono o curso e 2 desligados a pedido. Cabe salientar que todos os alunos que permaneceram possuem deficiência física. Entre os que se desligaram, além da deficiência física, a deficiência visual e mental. Já no ano de 2012, foram 16 matriculados, nos seguintes cursos: Psicologia (2), Pedagogia (2), Medicina(4), Engenharia de Computação(1), Ciências Contábeis(1), Ciências Biológicas (Licenciatura)(1), História (Licenciatura)(1), Letras(1), Direito(1), Refrigeração e Climatização(1) e Sistemas de Informação(1). Neste ano, foram matriculados alunos com diversas deficiências, o que demonstra que a ampliação das condições de acesso e de permanência contribuíram para que um grande número de alunos deficientes dessem início a sua vida universitária. Também salienta-se que apenas 1 aluno foi desligado a pedido. Concluímos que por se tratar de uma demanda nova na Educação Superior, a inclusão vem sendo realizada de maneira lenta e construída com os deficientes que fazem “valer” seus direitos dentro da universidade.

Palavra- chaves: Inclusão das pessoas com deficiência; Educação Superior; Políticas Públicas.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Considerações iniciais

A Educação Superior configura-se como um espaço de construção do conhecimento, do convívio social e da formação profissional. Sendo assim, a universidade, como outros contextos sociais, é responsável pela promoção da cidadania, oportunizando e incentivando a educação de todos e para todos.

Os dados do Senso da Educação Superior (2011) expressam que, em 2009, havia 20.019 matrículas de estudantes com algum tipo de deficiência. Destes, 30% com baixa visão, 22% com deficiência auditiva e 21% física (BRASIL, 2011). Se olharmos pelo dado quantitativo isolado, teremos a percepção de um número bem expressivo, mas os dados do Senso Demográfico 2000 já apontam que o número de pessoas que apresentam mais de uma deficiência, no Brasil, é de quase 10 milhões (IBGE, 2000). No entanto, cabe-nos salientar que a pesquisa por amostragem não expressa os dados reais. Estima-se que, pelas últimas pesquisas realizadas em 2010, que sejam mais de 30 milhões as pessoas com deficiência no país. Então, questiona-se: Quais serão os meios de acesso, participação e permanência na Educação Superior? Como se sentem ao integrar esse espaço que inclui e exclui (in/exclusão)?

O presente estudo tem como tema a inclusão das pessoas com deficiência na Educação Superior, mais especificamente, na Universidade Federal do Rio Grande - FURG, por meio do Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Especiais (PAENE), decorrente do Programa de Ação Inclusiva (PROAI) implantado pela Universidade em 2010. Objetivo é investigar a efetividade do Programa no que tange ao acesso, à participação e à permanência dos alunos com deficiência. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de abordagem avaliativa de enfoque interpretativo, pois é orientada para a avaliação dos programas institucionais de inclusão das pessoas com deficiência na Universidade Federal do Rio Grande- FURG. Além do estudo documental, foram realizadas entrevistas com oito pessoas com deficiência que são atendidas pelo PAENE. Suas percepções, sobre o Programa, são destacadas na análise dos dados da pesquisa.

A abordagem avaliativa, de tradição espanhola, destina-se a avaliação de programas institucionais, à melhoria ou intervenção nas condições das pessoas envolvidas, à tomada de decisão ou à avaliação da eficácia de um processo ou programa em sua totalidade. Em nossa pesquisa, adotamos a abordagem avaliativa de enfoque interpretativo, pois esta se destina à avaliação de contextos, fundamentada em métodos qualitativos, buscando promover a compreensão dos programas e dos sujeitos envolvidos, contribuindo com a qualificação dos mesmos (ESTEBAN, 2010).

A inclusão de pessoas com deficiência vem sendo muito discutida no âmbito nacional por pesquisadores, estudiosos, gestores, coordenadores e professores, incluindo os contextos da Educação Superior, pois embora se evidencie uma indução das políticas de inclusão, principalmente depois da Declaração de Salamanca (1994), ainda são muitos os desafios a serem enfrentados: a formação de professores, a acessibilidade, a permanência, entre outros.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1. Procesos e políticas de inclusão

Um dos primeiros documentos oficiais que legitima a integração, ou seja, o direito à educação para todos foi a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Contudo, o acesso das pessoas com deficiência passou a ser garantido como uma forma de integração, não assegurando o direito à aprendizagem. Desde a Constituição de 1988, é promovido o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, Art. 208). Anteriormente os alunos eram atendidos nas escolas de Educação Especial, onde cada especificidade era tratada separadamente.

Com a realização da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e com a Declaração de Salamanca (1994), destacando princípios, políticas e práticas para necessidades educativas especiais, tem-se fortalecido uma nova postura social, com o dever de se adaptar as diferenças individuais.

A Declaração de Salamanca (1994) mostra-nos que 200 milhões de crianças em todo o mundo não têm acesso à educação e as pessoas com deficiência fazem parte desse número. Januzzi (2006) aponta que, em âmbito nacional, os dados do censo demográficos de 2000 e 2010 mostram um grande número de alunos com deficiência no país sem acesso aos seus direitos sociais. Tais dados permitem-nos assinalar que, na história da Educação Especial brasileira, o quadro de exclusão que se apresenta acaba por afirmar a exclusão tanto social quanto educacional das camadas populares. Os velhos problemas de acesso e permanência que são bem comuns no cotidiano da escola convivem com a exigência da inclusão escolar e mostram que esses devem ser repensados não como algo já dado, mas como algo em processo em construção.

O conceito de inclusão, aqui considerado, é aquele definido como um processo que não se restringe à inserção de pessoas no sistema educacional. Entendemos que incluir envolve, além da convivência física, o desenvolvimento de culturas, políticas e práticas que eliminem barreiras impostas à aprendizagem e que contribuam para o aumento da participação social das pessoas (SANTOS, 2003).

Exige, ao mesmo tempo, a compreensão das pessoas diante do diferente e a superação das diferentes formas de discriminação. Com isso, salientamos que existe uma inversão de valores em nosso sistema social. Ao reivindicar uma sociedade mais inclusiva, temos que considerar as políticas educacionais, a cultura das instituições, os processos de formação dos professores, entre outros aspectos.

Estas modificações são de fundamental importância para que a inclusão aconteça a partir das condições de trabalho, dos recursos, do monitoramento dos projetos, dos cursos de qualificação para docentes da Educação Básica à Superior, ampliando as possibilidades de atendimento das demandas desse grupo social (SASSAKI, 1997).

As interações sociais são fundamentais à nossa constituição pessoal e profissional. É através delas que experimentamos, no outro, ações e sentimentos, aprendendo com as trocas de experiências. As pessoas com deficiência são também atores sociais, sendo capazes de



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

interagir, a agir com autonomia, como qualquer cidadão portador de direitos e deveres na sociedade. Neste contexto, o seu desenvolvimento vai depender do que lhe é possibilitado, no que diz respeito ao acesso igualitário e equitativo à informação e às condições educacionais. Por isso, é preciso mais que integração física. De acordo com Maciel (2002, p.1),

a integração professor-aluno só ocorre quando há uma visão despida de preconceito, cabendo ao professor favorecer o contínuo desenvolvimento dos alunos com necessidades educativas especiais. Não é tarefa fácil, mas é possível. Quando ocorre, torna-se uma experiência inesquecível para ambos.

Com este enfoque, é possível vislumbrar a convivência com as diferenças como um aprendizado intrínseco e ao mesmo tempo social muito importante na construção de indivíduos mais solidários e colaboradores no processo de inclusão. Como afirma Mantoan (2005, p.24), a “inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”.

No ano de 1999, tem-se a publicação do Decreto Lei nº 3298 (regulamenta a Lei nº 7853, de outubro de 1989) que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (BRASIL, 2008). Nesse documento, “a modalidade de Educação Especial torna-se efetiva, sendo a mesma oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com necessidades educacionais especiais, entre eles o portador de deficiência” (BRASIL, 2008, p.8). A partir de então, a Educação Especial é entendida como modalidade de ensino, sendo esta reforçada pela LDB, Lei n. 9.394/96.

As diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica, resolução CNE/CEB n. 2/2001, descreve a Educação Especial como modalidade de educação escolar, definida em uma proposta pedagógica, que tem como meta apoiar, complementar, suplementar e, até mesmo, substituir os serviços educacionais regulares para que as necessidades educacionais de seus educandos sejam atendidas em todas as etapas do sistema de ensino (BRASIL, 2001).

A LDB 9394/96, no capítulo V art. 58 e 59 inciso III, da Educação Especial, traz o seguinte em relação à educação de pessoas com deficiência na educação:

Art. 58 - Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Art. 59 - Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

O que se passou nesse espaço de tempo, entre a integração e a inclusão até as políticas, foi que a escola estava, em um primeiro momento, em um processo de reestruturação do ensino regular para o ensino regular inclusivo, tendo que rever seus modos de ensinar e aprender e, em um segundo momento, tendo que discutir os anseios dos professores que não se achavam e ainda não se acham habilitados para atender a essa nova demanda.

A Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) vem justamente trazer sua contribuição no sentido de democratizar mais a escola que se diz de todos e para todos, mas que ainda segrega e exclui alguns sujeitos. Na história da inclusão, ou até chegar a ela, o processo de escolarização das pessoas com deficiência foi em escolas



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

especiais, mas o que se percebia é que era preciso sair do segregacionismo e efetivar de alguma forma de inclusão desses alunos na rede regular de ensino, oportunizando momentos de compartilhamento educacional, emocional, cognitivo, físico. As escolas abrem as portas, dando acesso, mas esquecem que a inclusão, para ser realizada, precisa da participação e da permanência desses alunos. Sendo assim, o que os faz pensar na inclusão é a reformulação dos currículos dos cursos de formação docente, proporcionando uma formação globalizada e não específica, o que corrobora Oliveira (2006), quando afirma que,

além da garantia do acesso escolar a todos os alunos, é primordial que os sistemas de ensino sejam reformulados com vistas a ampliar a qualificação do processo pedagógico, apontando a formação docente como fundamental nesse processo de qualificação do ensino e a implementação efetiva da educação inclusiva. (p.55)

Ainda em relação à formação de professores, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de Ensino Superior devem prever, em sua organização curricular, a formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL. MEC/SEESP, 2008).

As proposições das políticas públicas sugerem princípios e finalidades educacionais, promovem ações e meios para que projetos e programas aconteçam em todos os níveis da educação e do ensino. No âmbito da Educação Superior, mais especificamente da inclusão das pessoas com deficiência, o Programa Incluir (2005), do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria Especial de Educação (SEESP), é uma das políticas que tem, como objetivo, fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de Ensino Superior, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. Com essas orientações, as instituições tiveram que se adaptar às novas regras das diretrizes legais para recepcioná-los e mantê-los com dignidade e, principalmente, oferecer acessibilidade, no sentido mais amplo da palavra, pois a inclusão não é feita apenas de rampas, elevadores e banheiros adaptados.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2010) também vem acrescentar algumas considerações de extrema importância para a educação, pontuando questões acerca da formação docente, da permanência de alunos na rede regular de ensino e, quando se trata, especificamente, da Educação Superior, nos diz que,

a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações nos sistemas de informação, nos materiais didáticos pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2010, p.23).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Quando falamos em acesso, permanência e participação das pessoas com deficiência na Educação Superior. Referimos-nos ao ingresso, a ação de permanecer, de forma constante e continuada, fazendo parte de um grupo que realiza uma atividade. Mas para que o processo educacional das pessoas com deficiência se efetive, é preciso que o acesso, a participação e a permanência ocorram juntas, pois a falta ou falha em uma dessas acarretará, em um primeiro momento, o sentimento de não pertencer a esse universo, ou seja, da exclusão dos/nos vários espaços que existem dentro da Educação Superior

Nesta perspectiva, a inclusão envolve um processo de reestruturação da cultura, da estrutura organizacional e curricular das universidades, potencializando o acesso das pessoas com deficiência a toda uma gama de oportunidades formativas. Para Mittler (2003, p.25), este processo inclui, entre outros aspectos, “as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas universidades ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação”.

O projeto de Lei nº 10.127, que propõe o Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020) também contempla metas importantes nesse âmbito. O PNE possui muitas metas, as quais foram discutidas pela sociedade civil, no que se refere à educação em todos os níveis. Cabe-nos salientar que o último PNE (2001/2010), “estabeleceu como uma de suas principais metas fazer que, em dez anos, as matrículas públicas atinjam o mínimo de 40% do total das matrículas no ensino superior. Atualmente elas não ultrapassam os 25%” (SOUZA JUNIOR, 2011, p.37). E os desafios não incluem apenas as matrículas, mas a permanência no sistema de ensino.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal, ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p.1).

Reforçamos o entendimento de que o simples fato de os alunos terem acesso à Educação Superior não lhes garante que esse acesso seja pleno, devido à ausência ou insuficiência de muitas condições básicas de aprendizagem: falta de formação docente, de acessibilidade, de materiais didáticos, entre outros.

2. Dimensões dos processos de inclusão

Outros autores (ROIZ, 2012; MIOTTO, 2012; CARVALHO, 2004; PICCOLO, 2009) discutem os conceitos de inclusão e de educação inclusiva chamando a atenção para que a escola não seja somente um lugar de abertura de portas para os alunos com deficiência, mas sim, para que ela se torne um lugar, onde os alunos possam estar e permanecer em condições favoráveis, participando das diversas atividades como um todo. Esse novo movimento força uma reestruturação de toda a escola, que envolve desde a gestão até as atividades em sala de



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

aula, alunos e professores, preparando-os para a inclusão no seu entendimento mais amplo. Para Roiz (2012), incluir não consiste em apenas inserir uma criança, ou jovem portadora de alguma necessidade especial, dentro de uma sala do ensino regular, sem ao menos ter um ambiente adequado para recebê-la e profissionais minimamente qualificados e aptos a exercer tal função. Carvalho (2004) entende que a educação inclusiva visa à universalização da educação de qualidade para todos, ou seja, pressupõe novas respostas educativas para a efetivação do trabalho na diversidade, através de um currículo que englobe arranjos organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos apropriados aos alunos com habilidades e interesses diferentes. Já Miotto (2010) nos diz que a inclusão concretizar-se-á, portanto, quando existir uma mudança na forma de tratar e de educar as pessoas, respeitando as diferenças e as singularidades. Piccolo (2009) considera que a inclusão não se faz pelo discurso, tampouco pela assinatura de um decreto, embora estes sejam de fundamental importância. Incluir é imperativo legal, ético e moral, mas custoso e carente em transformações infraestruturais e supraestruturais, ou seja, trata-se de um processo que, por ser processo, está em contínua movimentação, tanto em ideias como em ações.

A inclusão pressupõe um movimento dinâmico e permanente que reconhece a diversidade humana e tem, como fundamento, a igualdade na participação e na construção do espaço social. A inclusão é, portanto, um processo que busca remover as barreiras impostas pela exclusão e o desafio está em lançar propostas que não se destinem apenas a um grupo de pessoas, mas a todas as possibilidades da existência humana.

Miotto (2010) considera que as escolas inclusivas devem reconhecer e responder as necessidades diversas de seus alunos, através de um currículo que leve em conta o ritmo, as estratégias de ensino e o uso de recursos apropriados a cada aluno. Piccolo (2009) diz que pensar em inclusão é indagar sobre a possibilidade de a escola ser de excelente qualidade para todas as crianças e não apenas para algumas. Para Roiz (2010), a escola que pretende ser inclusiva também deve proporcionar formação continuada de todos os profissionais envolvidos.

Piccolo (2009) considera que a formação docente deve estar comprometida com a transformação social e a oferta de um ensino de ótima qualidade e totalidade da população, visualizando nas diferenças os caminhos para a construção de novos saberes, tecnologias e práticas sociais que superem possíveis limitações. Para Mantoan (2003, p.Xi) ,

temos que reconhecer as diferenças culturais, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais, afetivas; enfim, precisamos construir uma nova ética escolar, advinda de uma consciência ao mesmo tempo individual e social, que é o mote da inclusão em seu sentido mais pleno. É urgente repensar essas instituições- que são tão singulares, como aqueles para os quais foram criadas- os alunos, ou melhor, todos os alunos incondicionalmente!

O grande avanço da escola inclusiva está nas políticas educacionais, na formação de seus professores e de seus funcionários, pois sabemos que a resistência diante da inclusão escolar existe e esta precisa ser construída de forma histórica e social por todos, já que a legislação garante a matrícula de todos os alunos independente de gênero, raça e sexo.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

A profissão de professor, na Educação Superior, como nos outros níveis educacionais, exige de seus profissionais desafios, imprevisibilidade, superação, criatividade, sensibilidade e percepção de que as experiências docentes muitas vezes se darão na realização de sua prática, já que a inclusão acontecerá com a prática daqueles que se dedicam em ensinar e aprender.

Há de se apontar, também, o processo de reprofissionalização dos docentes como algo a ser pensado e promovido pelas instituições, pois não bastará à competência acadêmica, voltada para o saber especializado ou a capacitação técnico-instrumental desprovida da reflexão sobre os princípios e finalidades da docência e da formação profissional (ZABALZA, 2004).

1.2. Os processos de inclusão na Universidade Federal do Rio Grande

Desde 2006, a Universidade Federal do Rio Grande- FURG participa, na plataforma MEC/SiSu, da inclusão das pessoas com deficiência, através do projeto Incluir e com a criação do Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas (NEAI), onde são desenvolvidos estudos e ações para o acesso, a participação e a permanência desses alunos na Educação Superior. Dando continuidade a essas ações, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e a Pró-Reitoria de Graduação (PRAE/PROGRAD) criam o Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Especiais (PAENE), ampliando as ações de atendimento aos alunos com deficiência e operacionalizando, assim, o que diz o Estatuto da FURG (2009):

Art. 4º São fins específicos da Universidade Federal do Rio Grande:

- I- gerar, transmitir e disseminar o conhecimento, com padrões elevados de qualidade e equidade;
- II- formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, **ampliando o acesso da população à educação;**
- III- **valorizar o ser humano, a cultura e o saber;**
- IV- promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico e cultural;
- V- educar para a conservação e a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural, o desenvolvimento autossustentável e a **justiça social;**
- VI- **estimular o conhecimento e a busca de soluções**, em especial para os problemas locais, regionais e nacionais.

A universidade tem a preocupação, de manter o direito de cada um dentro do espaço educacional, tentando tornar ou tornando-a de forma mais acessível, através da implementação de projetos e programas, e com a capacitação de seus agentes e docentes para fazer com que a diversidade ou as diferenças sejam assumidas e incorporadas no cotidiano universitário, respeitando, assim, a igualdade de todos os cidadãos no que se refere à educação. Valorizar e estimular novos conhecimentos são ações que não se voltam somente para os alunos com alguma deficiência, mas sim para todos que participam e vivem a universidade. Quando se amplia o acesso à educação para todos, amplia-se, também, a



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

valorização e o respeito às novas culturas e aos novos saberes que são provenientes de inúmeras situações e pessoas.

O PAENE disponibiliza bolsas remuneradas – bolsa permanência e bolsa de acompanhamento - a estudantes da graduação para desenvolverem atividades de permanência em sala de aula e de acompanhamento aos alunos com deficiência, garantindo a acessibilidade e o auxílio aos alunos em todos os locais da universidade.

O bolsista de permanência, em sala de aula, tem a função de viabilizar acessibilidade ao espaço, “descrição da sala, dos colegas, ainda relatar o desenvolvimento dos acontecimentos no transcurso da aula e orientação quanto à utilização do computador para acessar o sistema DOSVOX” (FURG, 2012, p.2). Já o bolsista de acompanhamento deve manter contato com o outro bolsista, assim como com os colegas e professores, para disponibilizar os materiais digitalizados distribuídos pelos docentes, viabilizando o acesso pelo sistema DOSVOX ou impressos em Braille; possibilitar identificação das dependências da universidade; ser mediador das necessidades do aluno em seu desempenho e realização pessoal. No que se referem aos estudantes surdos, os bolsistas deverão ser tradutores/intérpretes da língua de sinais - Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e permanecer na sala de aula para que realizem a tradução das aulas. Com relação aos alunos cadeirantes, há um bolsista permanente em sala de aula para viabilizar a acessibilidade neste espaço e, dependendo do comprometimento do aluno nos membros superiores, a transcrição das aulas. Assim, o bolsista de acompanhamento possibilitará o deslocamento do estudante pelas dependências da Universidade e, através do contato com o outro bolsista, com os colegas e com os professores, adequar o material ofertado ao aluno com deficiência.

Outros dois documentos institucionais importantes para orientar a efetivação das políticas e ações de acesso, permanência e participação, são o Plano Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2011). Esses contextualizam o papel da universidade no seu âmbito local, regional e nacional, demonstrando, o seu compromisso social no que se refere às questões pedagógicas, filosóficas, administrativas, avaliativas e de planejamento, anunciando as estratégias para a sustentação da inclusão das pessoas com deficiência na Educação Superior.

Na introdução do PPI expressa-se que a Universidade deve ser “um lugar plural de construção de diferentes percepções de mundo e, em razão disso, deve considerar e defender a diversidade e as diferenças como constitutivas das culturas e dos saberes [...]” (FURG, 2011, p. 14). A universidade mostra-se aberta para atender os diversos seguimentos sociais que já estão na universidade ou que chegam a ela. Em relação às diretrizes que orientam as ações pedagógicas da instituição, podemos citar: a promoção de políticas inclusivas de acesso e permanência dos estudantes e a proposição e participação em políticas públicas voltadas às comunidades que vivem em situação de vulnerabilidade, ou seja, alunos que não têm condições de sustentar financeiramente sua vida universitária, pois recebem ajuda de custo para poderem custear as despesas com passagem, alimentação e moradia. Entende-se por situação vulnerável, aquela da pessoa que se encontra em uma condição de risco, em um



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

conjunto de situações mais ou menos problemáticas, ou seja, numa condição de carência, impossibilitada de responder pelos seus próprios recursos.

No que se refere à inclusão social, o PPI reafirma a preocupação com os grupos em situação de vulnerabilidade social e/ou especial, bem como a equidade de condições de acesso ao conhecimento e de permanência dos mesmos. Reconhece “os limites e deficiências humanas como novas potencialidades criadoras de aprendizagem, na busca da formação cidadã, na defesa da democracia e do direito à diferença” (FURG, 2011, p.18). Percebe-se que a Universidade procura construir, através dos diferentes seguimentos responsáveis pela inclusão, um caminho para que esta e as políticas decorrentes sejam eficientes no atendimento aos alunos com alguma deficiência. O respeito à diversidade humana é outro item que ressalta a universidade como um espaço de pluralidade de pensamentos e de diferentes percepções de mundo, bem como o respeito a essas.

Quando se fala na diversidade, podemos dizer que essa é uma cultura a ser construída, pois o respeito e seu reconhecimento são princípios fundamentais à construção de um sistema educacional inclusivo. O respeito à diversidade aparece muito no documento mencionado acima e, por isso, mostra-nos que é um caminho que está sendo constituído, ou seja, à medida que vai sendo organizado e pensado, dá início às diferentes ações e às necessidades apresentadas por todos os educandos que fazem parte da instituição.

No PPI, no item cooperação e solidariedade, a universidade se mostra:

comprometida com a Educação e a transformação das relações sectárias que definem a sociedade contemporânea, tendo como responsabilidade e princípio o fomento de novas formas de ação e interação pautadas pela solidariedade e pelo trabalho colaborativo, com vistas a consolidar uma prática social que priorize o cuidado com o outro, fortalecendo os sentimentos de pertença, segurança e confiança (FURG, 2011, p.18).

A flexibilidade curricular é abordada “como processo formativo, dinâmico e em permanente movimento, permitindo que a ação educativa da Universidade incorpore outras formas de aprendizagem e de produção do conhecimento presentes na realidade social” (FURG, 2011, p.19). Isso requer, também, que a avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos seja feita de uma forma contínua, procurando identificar os diversos desafios à formação das pessoas envolvidas, bem como na produção de novos conhecimentos. No item perfil dos servidores, busca qualificar mais seus serviços no atendimento e na formação dos estudantes, assumindo a corresponsabilidade para com os mesmos. Já em relação ao perfil dos estudantes, espera-se que eles “defendam valores e ações embasados na ética, na justiça, na dignidade e na solidariedade” (Idem, p.20). Finalizando o PPI, a Universidade traz, nos seus objetivos estratégicos: “defender a autonomia e a democratização do ensino superior”; “implementar ações que contribuam na definição de políticas públicas de desenvolvimento social, valorizando o potencial humano, em um ambiente que respeite as diferenças e as identidades étnico-culturais”; e “ampliar e qualificar as ações de assistência ao estudante” (Idem, p. 21).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a universidade vem demonstrando, de um modo geral, sua preocupação com a expansão dos cursos de graduação e pós-graduação e com a qualidade dos mesmos ressaltando, em suas estratégias, a intensificação de ações institucionais para o atendimento aos estudantes com deficiência, a promoção de ações que estabeleçam o respeito às diferenças e à diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual e de crenças espirituais, e a qualificação da infraestrutura de mobilidade e acessibilidade (FURG, 2011).

Outro programa que faz parte da FURG é o Programa de Ação Inclusiva (PROAI), criado em 2009, que tem por finalidade promover a inclusão social, considerando critérios de natureza social, étnica e cultural. No seu Art. 1º, institui o Programa através da implementação do Sistema de Bônus para candidatos egressos do Ensino Público Fundamental e Médio, para candidatos autodeclarados negros e pardos, e para candidatos portadores de deficiência, bem como a Oferta de Vagas Específicas para Indígenas, mediante habilitação em Processo Seletivo. Dentre os objetivos que se vinculam à educação inclusiva de pessoas com deficiência, podemos destacar, no Art. 2º, os seguintes:

II – incentivar o ingresso na Universidade, considerando os critérios de natureza social, étnica e cultural dos candidatos, bem como o mérito individual no contexto das desigualdades sociais;

III – estabelecer mecanismos que favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência;

IV – desenvolver ações visando a apoiar a permanência, na Universidade, dos estudantes referidos no Art. 1º mediante condições de manutenção e de orientação para o adequado desenvolvimento e aprimoramento acadêmico.

Ao fazer o levantamento do que dizem os programas e projetos existentes na universidade vê-se que, todos expressam a preocupação, não somente com a oferta de vagas, que é de direito dos alunos, mas com a permanência dos alunos com deficiência com deficiência.

Assim, com base nessas reflexões iniciais sobre os processos de inclusão na FURG, passamos a sinalizar alguns elementos decorrentes da efetividade do Programa.

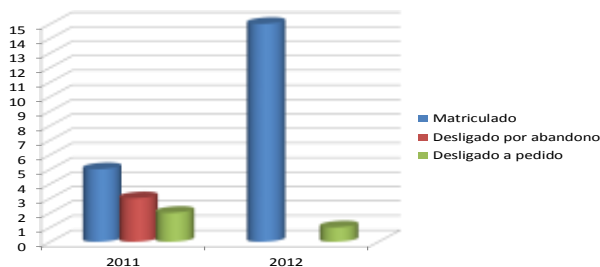


Gráfico 1- ingressantes nos anos de 2011 e 2012



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

No ano de 2011, a universidade teve a matrícula, nos cursos de graduação, de 10 alunos com deficiência. Desses, apenas 5 permaneceram nos cursos de Arquivologia, Direito, Enfermagem, Gestão Ambiental e Economia. Dos demais, 3 se desligaram por abandono o curso e 2 desligados a pedido. Cabe salientar que todos os alunos que permaneceram possuem deficiência física. Entre os que se desligaram, além da deficiência física, a deficiência visual e mental.

Já no ano de 2012, foram 16 matriculados, nos seguintes cursos: Psicologia (2), Pedagogia (2), Medicina (4), Engenharia de Computação (1), Ciências Contábeis (1), Ciências Biológicas (Licenciatura) (1), História (Licenciatura) (1), Letras (1), Direito (1), Refrigeração e Climatização (1) e Sistemas de Informação (1). Neste ano, foram matriculados alunos com diversas deficiências, o que demonstra que as ampliações das condições de acesso e de permanência contribuíram para que um grande número de alunos deficientes dessem início a sua vida universitária. Também salienta-se que apenas 1 aluno foi desligado a pedido.

Deficiências dos estudantes:

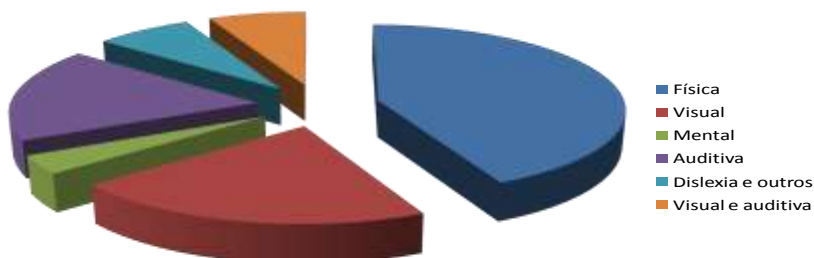


Gráfico 2 - tipo de deficiência dos ingressantes

Salientamos que, associada à dislexia, está o déficit de atenção e hiperatividade e, também, a síndrome de Irlen. Observa-se que a maior incidência das deficiências está na física (12), auditiva (5) e visual (6).

De modo geral, os oito estudantes entrevistados avaliaram de forma positiva as atividades desenvolvidas pelo Programa: “Para mim, está atendendo todas as minhas necessidades. Cada caso é um caso, mas para mim está ótimo (A1)”. E ainda: “A bolsa PAENE me ajudou muito, não só a ter os materiais disponíveis, mas a ter um auxílio aqui na universidade, porque embora tenha os colegas, eles tem os afazeres deles. Tive bolsistas maravilhosos (A5)”.

Em relação às demandas, ainda apresentadas pelo Programa, os estudantes sugeriram: realização de seminários, capacitação docente sobre as deficiências e conscientização da comunidade universitária. As falas abaixo, exemplificam estes entendimentos:

O que eu percebo na parte de professores e coordenadores é que, talvez, poderia ter alguns eventos a mais, umas palestras a mais na universidade, mesmo em



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

questão de conscientização dos professores e coordenadores. Nem todos tem o pensamento do que realmente uma pessoa com deficiência é capaz. Às vezes, olham com olhos diferentes quando não é necessário, mas por falta de informação nessa área talvez (A4). Penso que falar sobre a inclusão, falar sobre as deficiências, pois as pessoas desconhecem e ficam no achismo, no como fazer. O melhor caminho é procurar saber e estar sempre em contato tanto do aluno, como das coordenações dos cursos. É deixar com que a inclusão se torne algo normal (A7).

Por meio dessas narrativas, os estudantes evidenciaram que o processo de inclusão de manda a promoção de uma cultura inclusiva. Para os estudantes a realização do curso superior significa melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho e, também independência e realização.

Considerações finais

A acessibilidade, a participação e a permanência dos alunos com deficiência devem ser muito bem vistas, já que a palavra acessibilidade traz em seu conceito, não só as questões arquitetônicas, mas a qualidade na vida das pessoas com deficiência. Então, qualquer tipo de barreira existente na vida dessas pessoas e, mesmo aquelas que não possuem alguma deficiência, deve ter acessibilidade não só no sentido de acesso. Como nos diz Sonza (2008), mais importante do que dominar a informação é saber localizá-la, sintetizá-la e utilizá-la de forma inteligente e isto também é uma forma de acesso: ter meios que possam ajudar os alunos a buscarem seu aprendizado.

As questões de pertencimento também devem ser levadas em consideração, pois a universidade passará a fazer parte da vida das pessoas com deficiência, onde muitos ainda buscam aceitação e equidade.

As ações realizadas pelo Programa são desde a seleção dos bolsistas até as reuniões periódicas de acompanhamento. Contudo, ainda existem atividades que precisam ser implementadas, tais como a ampliação da produção de material adaptado para os alunos. O que se percebe é que o programa tem se demonstrado efetivo, pelo número expressivo de alunos que estão na universidade e também pelo aumento das matrículas e permanência dos estudantes na Universidade, ou seja, desde que o Programa foi criado, reduziu-se o número de evasões.

Concluimos que os desafios ainda são muitos, começando pela formação dos docentes e pela acessibilidade para que os alunos com deficiência possam estar cada vez mais presentes na universidade. A educação de todos e para todos vem sendo construída a partir de programas e projetos efetivos, tornando assim a educação mais inclusiva e menos segregadora.

Referências:



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP. 2008.

____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marco Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. 72 p.

____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001

____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96**. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

____. **Resolução CNE/CEB nº 2/2001**. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em 08 de maio de 2012

____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior**. 2009. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 11 de janeiro de 2011.

____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2011/2020**. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em 08 de maio de 2011.

____. IBGE. **Censo Demográfico, 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.asp>>. Acesso em 9 de abril de 2012.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CAVALCANTE, Meire. Aparências diferentes? Talentos também. **Revista Nova Escola**. Ed. Abril. São Paulo, nº 173, p.32-33, 2004.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de Deficiência: a questão de inclusão social**. São Paulo: Perspectiva, vol.14, nº 2, São Paulo, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Entrevista: Fala Mestre! **Revista Nova Escola**. Ed. Abril. São Paulo, nº 182, 2005, p.24-26.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

_____. Prefácio. In: Mittler, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MIOTTO, Ana Cristina Felipe. O currículo prescrito para a educação inclusiva: a proposta curricular e a inclusão dos alunos com deficiência visual. **Revista de Educação Especial**. Santa Maria, v. 23. n° 37, p. 195-206, maio/ago. 2010.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PICCOLO, Gustavo Martins. As bases do processo de formação docente voltado à inclusão. **Revista de Educação Especial**. Santa Maria, v. 22. n° 35, p. 363-374, set./dez. 2009.

ROIZ, Simone Tonoli Oliveira. Para que lado caminha a inclusão? **Revista de Educação Especial**. Santa Maria, v.23. n° 36, p.145-148, jan./abr. 2010.

SANTOS, Mônica Pereira dos. O papel do ensino superior na proposta de educação inclusiva. **Revista da Faculdade de Educação da UFF**, n° 7, p. 78-91, maio de 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.